

Saibamos ser os continuadores da obra de Samora

● Chefe do Estado na tomada de posse



Joaquim Chissano, assinando o termo de posse no cargo de Presidente da RPM

TEXTO DE FERNANDO MANUEL ● FOTOS DE KOK NAM E NAITA USSENE

Joaquim Alberto Chissano foi empossado no cargo de Presidente da República Popular de Moçambique em cerimónia que decorreu no Salão Nobre do Conselho Executivo, em Maputo, na manhã da passada quinta-feira, dia 6. O acto contou com a presença de membros do Bureau Político do Partido Frelimo, do Comité Central, da Assembleia Po-

pular, convidados estrangeiros e milhares de pessoas provenientes de bairros e empresas que no final aclamaram ruidosamente o novo Chefe do Estado. Numa mensagem na ocasião dirigida à Nação, Joaquim Chissano reafirmaria a fidelidade aos grandes ideais da Pátria, no plano das realizações internas e da política internacional.

O empossamento de Joaquim Alberto Chissano no cargo de Presidente da República consistiu numa cerimónia que teve tanto de solene como de simplicidade, logo após a chegada deste ao Salão Nobre do Conselho Executivo, pelas dez horas. Em sucessivas pequenas etapas que no seu conjunto não levariam mais que meia hora, a cerimónia iniciou-se pela leitura da Resolução do Comité Central — reunido dias antes para o efeito — sobre a eleição do Presidente do Partido Frelimo. Lido pelo membro do Bureau Político, Marcelino dos Santos, o documento constituía-se num breve quadro das condições em que a eleição decorrera e da sua fundamentação.

A Resolução situava assim o acto como estando inscrito nas consequências da «trágica morte» do Presidente Samora Machel e decorrente do prescrito no artigo 21.º dos Estatutos do Partido. Previamente anunciada, como aliás aconteceu com todos os passos que integraram esta cerimónia, foi em seguida feita a leitura do artigo 53 da Constituição, que formaliza o facto de o Chefe de Estado ser um cargo a ser exercido pelo Presidente da Frelimo.

Perante a presença de membros do Bureau Político, do CC, deputa-

dos da Assembleia Popular e convidados estrangeiros, Joaquim Chissano faria o seu juramento em seguida, a mão direita espalmada sobre a Constituição. A defesa dos princípios que esta consagra, da justiça, liberdade e dos direitos dos cidadãos é a essência do juramento do Chefe do Estado, cujo teor foi lavrado em auto — «para que conste» — assinado conjuntamente por Chissano e por Marcelino dos Santos, este na qualidade de Secretário da Comissão Permanente da Assembleia Popular.

O final da entoação do Hino Nacional confundiu-se então com o reboar das últimas salvas de artilharia e com a erupção do cla-

mor popular, dos milhares de presentes que enchiam a Praça da Independência.

Continuando uma presença que já se vinha impondo com regularidade de há uma semana atrás, a chuva não impedira, porém, que a população de Maputo para ali acorresse, aclamando sem reservas o novo Dirigente dos destinos da sua Nação, num clima emocional que atingiu o auge quando Joaquim Chissano, terminada a cerimónia no Salão Nobre, assomou à varanda do Conselho Executivo.

SEM COMPROMISSOS

«Ainda estamos em luto», seriam das primeiras palavras da

Mensagem à Nação: no combate ao banditismo, «não podem existir compromissos de espécie alguma»



A população de Maputo acorreu aos milhares à Praça da Independência: «Transformar a dor em nova força é um desafio que começámos já a vencer»



mensagem que o novo Presidente dirigiria, da varanda do Conselho Executivo, à Nação moçambicana, a sua primeira nas novas funções. A primeira parte desta mensagem seria o evocar do papel e figura que foram de Samora Machel — «um símbolo», para todo o sempre — do enumerar das conquistas que com ele paulatinamente o povo que dirigia logrou alcançar: «muitos são os passos dados» constataria a mensagem.

Trata-se, contudo, de uma constatação que não convida ao repouso, mas a uma «intensificação» dos esforços, assumido que está que é necessário, «agora mais do que nunca» reforçar a coesão, no sentido da superação dos problemas, inúmeros, que ainda se enfrentam. Sendo, assim, das principais causas que explicam o nível de dificuldades actualmente experimentadas, o combate ao banditismo armado encabeçaria a lista das prioridades alinhadas por Joaquim Chissano, na sua mensagem, para o qual se devem continuar a endossar esforços.



Aspecto parcial do Salão Nobre do Conselho Executivo no decorrer do acto

«Banditismo é atraso» afirmou, para explicar que através dele o «apartheid» pretende alcançar o domínio dos países vizinhos, com a instalação de regimes clientes: «esta é uma ameaça que pesa sobre o país», advertiu Chissano referindo-se à actuação banditesca do prolongamento do braço de Pretória, de entre cujas consequências destacaria a morte de milhares de moçambicanos, a falta de uma eficaz circulação de mercadorias e paralisação de inúmeras unidades económicas: na luta pela liquidação do banditismo, deixou claro, «não podem existir compromissos de espécie alguma».

Concomitantemente, a economia foi descrita como sendo «outra frente fundamental». Visada preferencialmente pela actuação dos bandidos, esta deverá, com efeito, merecer toda a atenção e entrega que promovam a sua revigoração e crescimento, adaptando-a às reais necessidades do país, à conjuntura actual. «É necessário que valorizemos a terra», afirmou Chissano «atribuindo-a a quem de facto a trabalha».

Traçou como três objectivos fundamentais da produção agrícola a garantia da alimentação, do incremento dos produtos de exportação e reabilitação da indústria alimentar. Nesta última área de produção, no seu todo, a necessidade do seu relançamento foi indicado como passando pela valorização do esforço individual produtivo, utilização correcta dos meios disponíveis, da mão-de-obra

especializada e combate firme a práticas que, como o roubo, cangaço e nepotismo constituam óbice à optimização dos resultados.

Se, no seu todo, a mensagem se constitui no reafirmar de princípios que há muito constituem claras opções do ser desta sociedade, isto transparece porém de modo mais claro no que à política externa diz respeito: «somos africanos, não-alinhados e socialistas», deixa-se vincado. A prossecução da paz, respeito pela soberania e integridade territoriais de outros estados e «igualdade com benefícios recíprocos» são algumas das particularidades que caracterizam esta atitude.

Consequente foi igualmente a reafirmação do apoio e solidariedade inerentes à luta pela eliminação do «apartheid», bem assim a garantia de honrar os compromissos já assumidos. Joaquim Chissano deixaria claro que do mesmo modo, os princípios de relacionamento acordados com os sul-africanos — referência particular ao Acordo de Nkomati — «continuam válidos».

Pretória seria, no entanto, exortada a seguir comportamento idêntico: a África do Sul «deve cessar o apoio aos bandidos e observar as normas de boa-vizinhança», refere a mensagem. O espírito de promoção do desenvolvimento mútuo e do incremento da cooperação foi indicado como devendo reger o relacionamento com «o povo irmão do Malawi».



A manifestação, mais do que de um sentir, de uma certeza

Das linhas finais ressalta-se ainda a intenção de continuar a marcar pela acção firme e criativa a presença em fóruns internacionais e diversos outros organismos no seio dos quais Moçambique soube, ao longo destes anos, conquistar o seu lugar.

A Nação, ficou o desafio de

transformar a dor em nova força, desafio que o Presidente Chissano citou como tendo vindo a merecer uma resposta à altura: «todas as nossas conquistas nasceram desta perseverança, desta luta sem tréguas», afirmou.

O testemunho da população de **Maputo de prosseguir a mesma**

senda pode ser avaliado pelo carinho com que rodeou Chissano quando, tendo descido e passado revista à guarda de honra, se envolveu directamente com os presentes — todos apostavam em congratulá-lo, dizer-lhe alguma coisa.

□
